

DÍVIDA PÚBLICA

1) Vencimento dos títulos

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
União (+)	0,41	48,13	20,76	6,95	11,6	12,15	—	—
S. Paulo	5,41	27,78	26,22	22,79	17,78	—	—	—
R. de Janeiro	—	24,04	31,48	21,72	14,96	7,8	—	—
Minas Gerais	3,43	10,75	12,44	28,05	23,40	21,68	0,16	0,09
Bahia	—	30,67	34,20	10,81	13,50	10,81	—	—
S. Catarina	5,88	28,68	43,37	11,18	11,18	—	—	—

2) Total de Títulos em Circulação

União (+)	519.145.796
S. Paulo	71.784.108
R. de Janeiro	32.114.464
Minas Gerais	22.424.514
Bahia	5.552.548
S. Catarina	2.538.986
Total Estados (exceto R.G. do Sul)	134.410.00

(+) Em poder do setor privado

Para os Estados, perfil melhor que o da União

por **Alaor Barbosa**
do Rio

Apesar de os títulos estaduais terem cotação inferior à das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, no mercado secundário de papéis de renda fixa (embora apresentando praticamente a mesma rentabilidade), o perfil do endividamento dos Estados com títulos em circulação é sensivelmente melhor do que o da dívida da União, conforme se pode ver pelo quadro anexo.

De acordo com dados do Banco Central, até o final do próximo ano, quase a metade das ORTN em poder do setor privado será resgatada, enquanto os papéis estaduais têm um escalonamento bem melhor. Minas Gerais, por exemplo, tem apenas 14,18% de seus títulos emitidos com vencimento até o final de 1980; o Rio de Janeiro tem 24,04%; a Bahia, 30,67%; São Paulo, 33,19%; e Santa Catarina, 34,56%. Dos 213 milhões de ORTN em mãos do setor

privado (dos 519,145 milhões emitidos no final de outubro), pelo menos 48,5% vencem até dezembro de 1980.

MELHOR IMAGEM

Mas, mesmo com esse perfil relativamente tranqüilo, os Estados vinham relutando em divulgar dados e só o estão fazendo atualmente por imposição do Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 565 (antes, apenas alguns Estados divulgavam informações).

A publicação periódica desses dados devem contribuir para melhorar a imagem desses títulos, no mercado, até agora praticamente restrito a negociações marginais, com as grandes instituições financeiras, como os bancos comerciais e os "dealers", mantendo pequena posição desses papéis em carteira, o que obriga os Estados a colocá-los junto às instituições menores.

O quadro mostra também que, somando-se os títulos de todos os Estados (não foi possível obter informação sobre os do Rio Grande do Sul), não se chega a 30% do total emitido pela União. Ou seja, praticamente apenas o governo federal, até agora, tem-se beneficiado da criação de um mercado de títulos de renda fixa no Brasil.

ESTÍMULOS

As recentes mudanças na política de taxas de juros e em relação às Letras do Tesouro Nacional têm beneficiado sensivelmente os papéis com correção monetária pós-fixada, entre os quais os dos Estados. E, na medida em que se consolida tal política, é quase certo que esses papéis se tornarão mais atraentes, inclusive com a ajuda da divulgação mais constante de informação. Outro estímulo provável: a partir de 1980, da mesma forma que a União, os Estados serão obrigados a fazer leilões públicos periódicos para a colocação dos seus papéis, o que vai dar uma "visibilidade" melhor aos negócios com as Obrigações estaduais.